



A implantação da D.S.N - Doutrina de Segurança Nacional e a Operação Condor no Brasil e Argentina.

La implementación de la D.S.N. - Doctrina de Seguridad Nacional y la Operación Cóndor en Brasil y Argentina.

Moisés Carlos Ferreira

Mestre em Educação e Professor de História

terraemar@gmail.com

Doutorando em História Social pela PUC-SP

RESUMO

O presente artigo tem como propósito investigar as relações entre Brasil, Argentina no que diz respeito aos acordos estabelecidos por estes países durante as ditaduras militares no sul do continente Americano, anos de 1960 a 1980. A pesquisa terá seu foco na análise da aplicação nestes países da Doutrina de Segurança Nacional – D.S.N. e Doutrina Francesa e como destas se desdobrou na chamada Operação Condor, que sistematizou a perseguição, prisão e morte de oponentes das ditaduras militares vigentes naquele período. Esses acordos serão vistos como representações da violência institucional e analisados dentro da classificação de Terrorismo de Estado.

Palavras-Chaves: Doutrina de Segurança Nacional – Terrorismo de Estado – Doutrina Francesa

RESUMEN

El objetivo de este artículo es investigar las relaciones entre Brasil e Argentina con respecto a los acuerdos celebrados por esos países durante las dictaduras militares en el sur del continente americano entre los años 1960 y 1980. Se hará un análisis de la implementación de la Doctrina de Seguridad Nacional (D.S.N.) y de la Doctrina Francesa y como las dos se desarrollaron en la llamada Operación Cóndor, que sistematizó la persecución, el encarcelamiento y la muerte de los opositores de las dictaduras militares en aquel período. Estos acuerdos serán vistos como representaciones de la violencia institucional y analizadas dentro de la calificación de Terrorismo de Estado.

Palabras Claves:- Doctrina de Seguridad Nacional – Terrorismo del Estado – Doctrina Francesa

Este artigo faz parte de uma pesquisa em andamento realizada por intermédio de estudos de Pós-Graduação junto ao Departamento de História Social da PUC-SP, portanto está em sua fase de estruturação o que impede neste momento de maiores aprofundamentos nesta temática.

O cerne deste artigo é trazer a tona elementos que possam elucidar acordos repressivos realizados entre Brasil e Argentina nas décadas de 1960 e 1970. Para tanto se faz necessário estudar a propagação da Doutrina de Segurança Nacional – D.S.N. no Brasil e Argentina em meados do século XX, bem como os seus interesses políticos.

Por D.S.N. entendemos como um corpo teórico, que compreendeu basicamente alguns tópicos, quais são:- Criação de um arsenal teórico de defesa da liberdade e dos ideários da civilização ocidental e cristã, com uma linha ideológica conservadora, liberal e positivista, que pregava a soberania do Estado como algo ilimitado. Este conjunto teórico foi elaborado dentro do contexto da guerra fria, com uma clara demonstração das disputas hegemônicas entre grandes potencias daquele período e a consolidação desta região da América latina como uma área de influencia dos Estados Unidos da América, pois segundo Padrós (2007, p. 44), os conceitos básicos elaborados dentro do pensamento da Doutrina de Segurança Nacional são:

...“inimigo interno”, “guerra interna”, “subversão”, “contra-insurgência”, “Estado como ser vivo”, “objetivos nacionais”, etc., foram disseminados pelos países da região através de diversos mecanismos de transmissão (doutrinação militar, acordos na área do ensino, bens de consumo da indústria cultural)

Salientamos que o ideário da D.S.N. fora divulgado principalmente pelas escolas militares, no Brasil pela Escola Superior de Guerra, criada em 1949, que recebeu forte influência francesa e norte-americana. Criou-se desta forma uma identidade homogênea para os países da América latina como se estas nações compartilhassem das mesmas necessidades políticas econômicas e militares, tendo como um referencial e guardião, os Estados Unidos da América, pois a “A especificidade da conjuntura da guerra-fria leva o sistema interamericano a submeter-se à estratégia global que tem nos EUA seu centro dinâmico e referencial” (BARBOSA, 2008, p.15).

Um outro olhar sobre os interesses de disseminação das D.S.N. e que vão além de uma disputa hegemônica dentro do contexto da guerra-fria, é o seu caráter violento, que em nome do discurso de proteção a uma possível “invasão comunista” nestes países, consolidou uma série de praticas autoritárias que foram aplicadas pelas escolas militares, esta violência serviu também para camuflar desigualdades, oprimir manifestações e embasar as ditaduras militares que instalaram nesta região da América Latina

entre as décadas de 1960 e 1970 e ainda disseminar o terror e perseguições aos seus opositores, como podemos notar com as pesquisas de Padrós (2007), que nos diz:

Em nome da defesa da civilização ocidental e do sistema democrático, a DSN procurou desviar as atenções sobre o crescente mal-estar de uma população cada vez mais atingida pelo crescente desequilíbrio da distribuição de renda. Diante dos primeiros sinais de resistência contra esse quadro, a DSN legitimou, em nome do capital internacional e dos seus aliados locais, o uso do Terror de Estado. Tudo justificado com o discurso da defesa da ordem, da estabilidade político-social, da nação ameaçada pelo “comunismo”, das liberdades e da civilização ocidental. (PADRÓS, 2007, p. 49)

Este caráter bélico da D.S.N. dentro da guerra-fria, como medidas de contenção a possíveis avanços do comunismo, principalmente após a Revolução Cubana, provocou uma série de reformulações nas escolas militares no continente americano, principalmente com a importação de um conjunto de ideias oriundas da França, a chamada escola francesa. Esta vai influenciar, tanto os Estados Unidos da América (EUA) com os treinamentos de militares latino-americanos na Escola das Américas no Panamá, bem como os novos direcionamentos da Escola Superior de Guerra no Brasil e os treinamentos militares na Argentina, com a missão francesa de 1957.

Esta doutrina Francesa, criada por militares franceses após a derrota na guerra da Indochina, se baseava nas táticas da guerra irregular, fluída, guerra não convencional, sem exércitos, mas insuflada no seio social, onde todos poderiam ser suspeitos e inimigos. Pois a D.S.N. já pregava a criação do inimigo interno e as fronteiras a serem protegidas já não eram as do estado, mas sim as ideológicas. E neste contexto, muitos indivíduos poderiam ser suspeitos e incriminados. Pois segundo (GODOY, 2014, p. 404) “Na guerra revolucionária as ideias são armas e quem as tem e as organiza seria tão legítimo da violência estatal quanto os que decidiram defende-las na ponta de um fuzil”. Ou seja, um panfleto, uma fala poderia ser similar a um canhão, um jornal ser equiparado a um tanque de guerra, os pensamentos se transformam em armas.

O historiador Reis (2012) nos indica os caminhos trilhados nas relações entre França e América Latina:

Ao findar a primeira década da guerra fria, oficiais associados à Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro tomaram conhecimento de que o Exército francês parecia ter agora a oferecer mais do que um *ethos*, mas uma doutrina. Nas palavras do general Otávio Costa, essas novas ideias falavam de um tipo de “guerra infinitamente

pequena, a guerra insurrecional, a guerra revolucionária”, uma forma de conflito no qual a ESG passou a identificar “o quadro da nossa própria possível guerra” (REIS, 2012, p. 525)

Dentro deste contexto de ditaduras militares no cone sul, e ancorada pela Doutrina de Segurança Nacional e suas normas, foi criada no Chile em 1975 a chamada Operação Condor, uma espécie de multinacional do terror, esta pressupunha um acordo de inteligência militar entre os países do cone da América Latina, entre eles Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai, Peru e Equador. Este “convênio” entre os países se deu aos moldes da Interpol e seu objetivo era garantir as fronteiras ideológicas e não as territoriais, tal qual indicava a D. S. N.

A Operação Condor, será aqui brevemente analisada como uma organização que disseminou o terrorismo de estado e que foi criada entre os países do cone sul conjuntamente aos Estados Unidos da América. Pois segundo Dinges (2004), jornalista norte-americano, que traçou um panorama sobre os primórdios da organização desta Operação no Chile em 1975, com apoio dos países do Cone Sul e aval dos Estados Unidos da América. Esta se comprova, com o fragmento de um memorando da *Agência Central de Inteligencia – CIA*: “o medo de que todos os grupos de guerrilha por toda América do Sul se unissem é que motivou a recente intensificação na cooperação entre os funcionários da segurança no Cone Sul (DINGES, 2004, p.73). Ou seja, os EUA tinham ciência deste programa de inteligência entre os países do Cone Sul, e os apoiavam como um meio de evitar movimentos guerrilheiros nestes países, é sabido também da eficácia desta Operação nas trocas de informações entre os países envolvidos, com o intuito de perseguir, prender ou matar os cidadãos classificados como inimigos do estado.

Ainda sobre a Operação Condor e seu vínculo com os Estados Unidos da América (E.U.A.) na coordenação de trabalhos de inteligência no Cone Sul, há também as pesquisas de Calloni (1999), que nos elucida com o fragmento a seguir:

O assessoramento e assistência dos EUA facilitaram a coordenação entre as agências regionais de inteligência. Esta cooperação fez possível o intercâmbio de informação e de prisioneiros, inclusive de assassinatos conjuntos. Um exilado político poderia ser sequestrado, tomado como refém e levado através das fronteiras, torturado e desaparecido, sem nenhuma autorização judicial. Paradoxalmente o fato de que a CIA dirigira estas ações, pode haver encorajado a criação da Operação Condor ¹.

¹ - Referência na língua original- “El asesoramiento y la asistencia de Estados Unidos facilitaron la coordinación entre las agencias regionales de inteligencia. Esta cooperación hizo posible el intercambio de información y de prisioneros, incluso de asesinatos conjuntos. Un exilado político podía ser secuestrado, tomado como rehén y llevado a través de las fronteras, torturado y desaparecido, sin ninguna autorización judicial. Paradojicamente el hecho de que la CIA dirigiera estas acciones puede haber alentado la creación de de la Operación Cóndor”.(p.17).

Em tal período, é necessário se pensar no papel coercitivo dos estados nacionais envolvidos na Operação Condor, a ampliação de seus serviços de inteligência, a perseguição aos grupos considerados inimigos do estado, o surgimento de grupos de extermínio e a consequente viabilização de crimes contra a humanidade, juntamente com a violação de direitos humanos, com apoio internacional, principalmente dos Estados Unidos da América. O apoio de setores do empresariado, de grupos de extrema direita, dos militares, todos envolvidos em aplicar a Doutrina de Segurança Nacional (D.S.N.) (SCALIANTE, 2010, p. 69).

Os vínculos entre as ditaduras foi fomentado, de acordo com Robin (2014), a partir do doutrinamento francês. Para essa autora, os primeiros acordos de criação do Condor não datam de 1975, embora formalizados nesse ano, mas de encontros anteriores ocorridos e impulsionados pela Argentina do qual tomaram assento os vizinhos do Cone Sul, países como o Brasil, Chile e Uruguay.

Hoje, com as atuais pesquisas, é sabido que os militares souberam propagar suas técnicas no Cone Sul, e especialmente no Brasil e Argentina, estes militares receberam treinamentos de agentes norte-americanos e franceses que atuaram na região ou em centros de treinamentos criados no próprio Brasil ou na América Central.

Ainda são poucos os estudos existentes sobre a presença da França na América Latina durante as ditaduras militares. Estuda-se principalmente o papel dos Estados Unidos da América e pouco a influência francesa.

A relação da França com a Argentina na criação do aparato conjunto de repressão que se espalhou pelo Cone Sul, diz respeito a treinamento de ação contrainsurgente, que remonta a meados dos anos de 1950, quando a França já estava presente em Buenos Aires, na figura do Coronel Carlos Rosas, ao dirigir a *Escuela Superior de Guerra*, nitidamente com orientação teórica francesa (PINTO, 2012), o que ampliou e sistematizou a disseminação do fenômeno da violência.

É importante destacar que o doutrinamento francês ao qual se refere esse projeto foi inicialmente desenvolvido na Indochina, durante os anos de 1950, no processo de independência desta colônia. Logo após esses combates, a Argélia entrou em processo de luta independentista. Nesta ex-colônia francesa é que foi plenamente desenvolvida e utilizada a Doutrina de Guerra Revolucionária pelo Coronel Roger Trinquier, propagada nos anos de 1960 na Argentina e depois no Brasil.

Nota-se que a Argentina recebeu grande influência da França neste período, que por sua vez desenvolveu técnicas e redefiniu o papel do exército como agente político, e capaz de atuar na prevenção de conflitos, pois de acordo com Araújo (2013):

O intercâmbio entre a França e a Argentina foi forte e consolidou uma política de cooperação profunda e duradoura. Enquanto lá, a França transmitia técnicas, métodos e doutrinas vinculadas a seus equipamentos e tecnologias, no Brasil o processo de difusão da doutrina seguiria um outro caminho. O mercado de armas e equipamentos era quase uma exclusividade das empresas norte-americanas. Esse “controle” estadunidense dificultava o trabalho dos adidos militares franceses, que para contornar essa dificuldade elaboraram uma política de expansão comercial baseada no prestígio e no passado das relações franco-brasileiras. (pág.20).

Esta citação acima aponta para outro viés de análises destes acordos, que não serão aqui tratados, apenas apontados. São os interesses econômicos com as vendas de armas, um mote lucrativo, a França exporta ideias e ao mesmo tempo amplia seu mercado de armas para as ditaduras latinas americanas².

Nota-se que a exemplo das relações franco-argentinas foram seguidas no Brasil por adidos franceses que aqui atuavam, com o claro objetivo de influenciar os militares brasileiros na compra de materiais bélicos de origem francesa, o que colaborou com a expansão da violência naquele momento.

Desta forma podemos afirmar também que as técnicas francesas também estiveram presentes no Brasil, pois de acordo com as pesquisas de Silva (2015) a Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR) foram importadas da França e aqui se propagaram, como veremos:

Adentrando à questão dos ensinamentos da DGR temos no Brasil um outro local no qual esse ensino se processou. Trata-se do Centro de Instruções de Guerra na Selva (CIGS) em Manaus. O CIGS foi o local escolhido para testar novas técnicas e teorias que entravam na moda naquele período. Sua fundação aconteceu em 1964, pouco antes do Golpe no Brasil. Foi exatamente nesse Centro em que Aussaresses esteve ensinando as teorias francesas para serem disseminadas no Cone Sul. Trata-se, portanto, de um local em que se difundiu a DGR, repassando ao Cone Sul e às diversas Forças de Segurança no Brasil esse tipo de ensinamento. (p.08)

Observa-se desta forma uma espécie de consultoria francesa, tanto na Argentina como no Brasil em treinar militares dentro da chamada guerra contrarrevolucionária, através da Doutrina de Guerra Revolucionária.

² - Para maior compreensão acerca do mercado de armas para América Latina, cito o livro “A Tortura como arma de guerra: da Argélia ao Brasil: Como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de estado” Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016 da jornalista franco-brasileira Leneide Duarte-Plon.

A conexão entre esses treinamentos e doutrinas foi mais amplamente divulgada no final de 2014 quando foi trazido a público o relatório final da Comissão Nacional da Verdade. O que antes eram suspeitas e resultados de pesquisa, demonstrou um link direto entre as relações destes países sul americanos aqui estudados e a França. A Comissão Nacional da Verdade³ e suas afiliadas estaduais, bem como os relatórios apresentados no ano de 2014, trouxeram à tona fatos e memórias dos tempos vividos. Trata-se de uma tentativa de passar a limpo nossa história recente ou também trazer elementos para esclarecer fatos ainda obscuros daquele momento, o que pode colaborar de forma mais efetiva para a preservação de nossa memória⁴. Segundo Todorov (1995) “o passado não tem direitos em si, deve ser colocado a serviço do presente, assim como a memória deve-se manter”, desta forma, alguns fragmentos que foram extraídos do relatório da Comissão Nacional da Verdade⁵ do Brasil, evidenciam as relações e acordos durante as ditaduras militares do Cone Sul da América. Os dois primeiros fragmentos dizem respeito à atuação da própria CNV na Argentina, como podemos observar:

Durante missão da CNV à Argentina, em abril de 2013, foi apresentada proposta de acordo de cooperação para o intercâmbio de informações que possibilitariam o esclarecimento de casos de tortura, desaparecimento forçado e outras graves violações de direitos humanos ocorridas durante as ditaduras das quais Brasil, Argentina e Uruguai padeceram em passado recente. (pág.70)

Estes países aqui descritos, Brasil, Argentina e Uruguai, trilharam caminhos próximos no que diz respeito a praticas aplicadas pelos militares quando estiveram no poder por intermédio das ditaduras militares, ao receberem os treinamentos das chamadas técnicas de contrainssurgência e a propagação da violência.

As evidências dos acordos também podem ser vistas:

Em abril de 2014, a CNV esteve em missão na Argentina, realizando as seguintes atividades: reunião com a Secretaria de Direitos Humanos da Argentina para o planejamento de pesquisas no Arquivo Nacional da Memória da Argentina; pesquisa em arquivos da Justiça Federal Argentina, em Buenos Aires; entrevistas em Buenos Aires,

³ - A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 05 de Outubro de 1988. Ver site www.cnv.gov.br, acessado em 20 de setembro de 2015.

⁴ - Na Argentina foi escolhido a partir de 2006, o dia 24 de Março como o Dia Nacional *de la Memoria por la Verdad y la Justicia*. Não por acaso, esta data foi escolhida por ser o início da última ditadura militar daquele país.

⁵ - Para maiores informações acessar o site <http://www.cnv.gov.br> – Volume 1 – Parte 1 – Capítulo 2 – As atividades da CNV – Pág. 70.

com familiares de vítimas de cidadãos argentinos desaparecidos no Brasil; entrevista com duas testemunhas de desaparecimentos forçados de cidadãos brasileiros em Córdoba, na Argentina; e pesquisa nos arquivos da *Comisión Provincial por la Memoria, em La Plata*. (pág.70).

A partir dessas questões levantadas pelo trabalho da Comissão, e que estão presentes nos seus relatórios, podemos confirmar a existência desses acordos entre os países do cone sul. E é a partir destes fragmentos e demais documentos encontrados em arquivos da Argentina, Brasil e França que constituirá esta pesquisa.

Este terceiro e último fragmento, que se encontra a seguir é mais contundente, e pode nos dar pistas sobre a violação dos Direitos Humanos cometidos durante as ditaduras militares no Cone Sul, ou seja uma evidência dos acordos entre tais países nas perseguições e mortes de cidadãos sob a lógica da Doutrina Francesa; como podemos ler:

Ainda em relação à Argentina, ressalte-se que a equipe da CNV identificou, no arquivo central do Ministério de Relações Exteriores e Culto da República Argentina, 66 caixas com documentos que poderiam esclarecer violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar brasileira. (pág. 70)

Esse conjunto de documentos deixa claro os acordos entre estes países e como estavam conectados no processo de contrainsurgência e na defesa e manutenção da Doutrina de Segurança Nacional e na Doutrina de Guerra Revolucionária francesa.

E são estes acordos que serão investigados nesta pesquisa, dentro da perspectiva de violência institucional e descortinando as contradições jurídicas destes países envolvidos, pois ambos eram regidos por instituições democráticas e estavam dentro de uma legalidade constitucional.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)** 3ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BAUER, C. S. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil militares Argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. 2011. 445 f. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 2007.



BRAGA, L. M. **A internacionalização do terror: o caso Argentino**. 2012. 225 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DINGES, J. **Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no cone sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FEIERSTEIN, D. (Coord). **Terrorismo de Estado y genocidio em América Latina**. Buenos Aires, Prometeo/PNUD: 2009. p. 9-32.

GODOY, M. **A Casa da Vovó**. São Paulo: Alameda, 2014.

KRISCHKE, J. O papel protagônico do Brasil na Operação Condor. IN: Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e direitos humanos. **Relatório Azul 2008**. Porto Alegre: Corag, 2008. p. 64.

MCSHERRY, J. P. **Los estados depredadores: la operación cóndor y la guerra encubierta em américa latina**. Ediciones de la Banda Oriental. Uruguai, 2009.

PADRÓS, E. S. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. In: Revista História & Luta de Classes, nº 4, julho de 2007.

PINTO, E. K. da C. A doutrina da guèrre révolutionnaire: novas hipóteses para a judicialização da repressão no regime de 1964: GT 14 - Forças Armadas, Estado e Sociedade. In: **36º Encontro nacional da ANPOCS**. Aguas de Lindóia, 2012.

QUADRAT, S. V. **A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do cone sul**. 2005. 156 f. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

REIS, João R. M. Filho – **A Conexão Francesa – Da Argélia ao Araguaia**, VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol.28, no 48, p. 519-536: jul./dez. 2012

ROBIN, M. M. **Escuadrones de la muerte, la escuela francesa** – 1ª Ed – Campana , Argentina, 2014.

SERVETTO, A. **Memorias de intolerancia política: las víctimas de la Triple A (Alianza Argentina Anticomunista)**. Antíteses, v. 1, n. 2, jul./dez. 2008.

SCALIANTE, E. A. **Políticas coercitivas da Operação Condor**. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

Silva, J. **SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES NO CONE SUL: INTERCONEXÕES SOB A ÉGIDE DA DOCTRINA DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA (1960-1990)**, Artigo, Libertas – UFJF, Juiz de Fora – MG, 2015.

SILVA, M. H.; SILVA, K. V. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2008.

TODOROV, T. **Los Abusos de La Mémória**. Barcelona: Espanha, Ediciones Paidós Ibérica, 1995.

Site acessado



Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina
ISBN: 978-85-7205-159-0

<http://www.cnv.gov.br>